PGA

Plano Geral de Atuação

Finalístico 2016 2017

Relatório de Acompanhamento
Maio/2016

MPMG
Ministério Público
do Estado de Minas Gerais

© 2016. Ministério Público do Estado de Minas Gerais
Coordenadoria de Planejamento Institucional do Ministério Público (COPLI)
Rua Dias Adorno, 367 - 7º andar - Santo Agostinho
Belo Horizonte/MG - CEP 30170-916
Fone: (31) 3330-9928
Fax: (31) 3330-9931
Portal: http://www.mpmg.mp.br/conheca-o-mpmg/planejamento-institucional/
e-mail: planejamento@mpmg.mp.br

Patrocinador do Plano Geral de Atuação - Área-fim (PGA-Finalístico), biênio 2016-2017:
Procurador-Geral de Justiça do Estado de Minas Gerais
Procurador de Justiça Carlos André Mariani Bittencourt

Coordenador do Plano Geral de Atuação - Área-fim (PGA-Finalístico), biênio 2016-2017:
Procurador-Geral de Justiça Adjunto Institucional
Procurador de Justiça Geraldo Flávio Vasques

Gerente do Plano Geral de Atuação - Área-fim (PGA-Finalístico), biênio 2016-2017:
Coordenador de Planejamento Institucional
Promotor de Justiça Fabrício Marques Ferragini

Elaboração:
Coordenadoria de Planejamento Institucional – COPLI

Ficha Técnica

Capa e Projeto gráfico: Centro de Estudos e Aperfeiçoamento Funcional (CEAF)

Revisão: Diretoria de Planos, Projetos e Programas Institucionais (DPIN)

Editoração e diagramação: Superintendência de Planejamento e Coordenação (SPC)

Minas Gerais. Ministério Público. Coordenadoria de Planejamento Institucional (COPLI)

PGA: Plano Geral de Atuação Finalístico: 2016-2017 - Relatório de Acompanhamento - Maio/2016 / Ministério Público do Estado de Minas Gerais. Coordenadoria de Planejamento Institucional. Belo Horizonte: 2016.
42p.

1. Ministério Público – Minas Gerais – planejamento. 2. Planejamento Institucional. 3. Planejamento estratégico. 1 Título

Órgãos Participantes

CENTRO DE APOIO OPERACIONAL DAS PROMOTORIAS
DE JUSTIÇA DE DEFESA DOS DIREITOS DAS CRIANÇAS E DOS ADOLESCENTES – CAODCA
Promotora de Justiça Paola Domingues Reis de Nazareth

CENTRO DE APOIO OPERACIONAL DAS PROMOTORIAS
DE JUSTIÇA DE DEFESA DOS DIREITOS HUMANOS E APOIO COMUNITÁRIO – CAO-DH
Promotora de Justiça Nívia Mônica da Silva

CENTRO DE APOIO OPERACIONAL DAS PROMOTORIAS
DE JUSTIÇA DE DEFESA DA ORDEM ECONÔMICA E TRIBUTÁRIA – CAOET
Promotor de Justiça Renato Froes Alves Ferreira

CENTRO DE APOIO OPERACIONAL DAS PROMOTORIAS DE JUSTIÇA DE DEFESA DO MEIO AMBIENTE, PATRIMÔNIO HISTÓRICO E CULTURAL, HABITAÇÃO E URBANISMO – CAO-MA
Promotor de Justiça Carlos Eduardo Ferreira Pinto

CENTRO DE APOIO OPERACIONAL DAS PROMOTORIAS
DE JUSTIÇA DE DEFESA DO PATRIMÔNIO PÚBLICO – CAO-PP
Promotor de Justiça Leonardo Duque Barbabela

CENTRO DE APOIO OPERACIONAL DAS PROMOTORIAS
DE JUSTIÇA DE DEFESA DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA E IDOSOS – CAO-PPDI
Procurador de Justiça Bertoldo Mateus de Oliveira Filho

CENTRO DE APOIO OPERACIONAL DAS PROMOTORIAS
DE JUSTIÇA DE DEFESA DA SAÚDE – CAOSAUDE
Promotor de Justiça Gilmar de Assis

CENTRO DE APOIO OPERACIONAL DAS PROMOTORIAS DE JUSTIÇA DE VELAMENTO DE FUNDAÇÕES E ENTIDADES DE INTERESSE SOCIAL – CAO-TS
Promotora de Justiça Valma Leite da Cunha

COORDENADORIA ESTADUAL DE APOIO AOS PROMOTORES ELEITORAIS – CAEL
Promotor de Justiça Edson de Resende Castro

COORDENADORIA DE INCLUSÃO E MOBILIZAÇÃO SOCIAIS – CIMOS
Promotor de Justiça Paulo César Vicente de Lima

COORDENADORIA ESTADUAL DE DEFESA DA EDUCAÇÃO – PROEDUC
Promotora de Justiça Maria Elmira Evangelina do Amaral Dick

PROCURADORIA DE JUSTIÇA DE RECURSOS ESPECIAIS E EXTRAORDINÁRIOS CRIMINAIS
Procurador de Justiça José Alberto Sartório de Souza

PROGRAMA ESTADUAL DE PROTEÇÃO E DEFESA DO CONSUMIDOR – PROCON-MG
Promotor de Justiça Fernando Ferreira Abreu

SUMÁRIO

SUMÁRIO

MAPA ESTRATÉGICO 6

MISSÃO, VISÃO E VALORES 7

INTRODUÇÃO 9

PROGRAMA MP EM DEFESA DA SOCIEDADE 12

- PROJETO: ATUAÇÃO ESPECIALIZADA NO CONTROLE EXTERNO DA ATIVIDADE POLICIAL 12
- PROJETO: ATUAÇÃO SISTÊMICA NO ENFRENTAMENTO À VIOLÊNCIA DOMÉSTICA CONTRA A MULHER 14
- PROJETO: MINISTÉRIO PÚBLICO NO COMBATE À IMPUNIDADE 16
- PROJETO: RECUPERAÇÃO DE ATIVOS TRIBUTÁRIOS – AÇÃO TOTAL 17

PROGRAMA MP NO COMBATE À CORRUPÇÃO E NA DEFESA DA COISA PÚBLICA 19

- PROJETO: ELEIÇÕES LIMPAS 19
- PROJETO: DIÁRIAS NO PODER LEGISLATIVO MUNICIPAL 21

PROGRAMA MP EM DEFESA DO ORDENAMENTO JURÍDICO E DA CIDADANIA 22

- PROJETO: 10ENVOLVER 22
- PROJETO: APRIMORAMENTO DA REDE DE DEFESA E PROMOÇÃO DOS DIREITOS DOS IDOSOS 24
- PROJETO: CAMPANHA DE COMBATE AO AEDES AEGYPTI 25
- PROJETO: FOMENTO À IMPLEMENTAÇÃO E/OU FORTALECIMENTO REGIONAL DA REDE DE ATENÇÃO PSICOSSOCIAL (RAPS) – FASE 1 27
- PROJETO: MINISTÉRIO PÚBLICO ITINERANTE 30
- PROJETO: MONITORAMENTO DE IMPROPRIEDADE DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS NO MERCADO DE CONSUMO 32
- PROJETO: O MINISTÉRIO PÚBLICO E O TERCEIRO SETOR: ATUAÇÃO COLABORATIVA 33
- PROJETO: REDE DE COOPERAÇÃO ENTRE SISTEMAS DE SAÚDE E DE JUSTIÇA – NATPRE 34
- PROJETO: REORDENAMENTO DE CONSELHOS TUTELARES E CONSELHOS MUNICIPAIS DE DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE EM MINAS GERAIS 36
- PROJETO: RUA DO RESPEITO 37
- PROJETO: SEGURANÇA DAS BARRAGENS DE REJEITOS DE MINERAÇÃO 39
- PROJETO: UNIVERSALIZAÇÃO DO ATENDIMENTO DA POPULAÇÃO DE 4 E 5 ANOS EM PRÉ- ESCOLAS E AMPLIAÇÃO DAS VAGAS PARA AS CRECHES 41

Mapa Estratégico

PLANEJAMENTO E GESTÃO ESTRATÉGICA
2010 – 2023

MAPA ESTRATÉGICO
MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

O MINISTÉRIO PÚBLICO É INSTITUIÇÃO PERMANENTE, ESSENCIAL À FUNÇÃO JURISDICIONAL DO ESTADO, INCUMBINDO-LHE A DEFESA DA ORDEM JURÍDICA, DO REGIME DEMOCRÁTICO E DOS INTERESSES SOCIAIS E INDIVIDUAIS INDISPONÍVEIS.
Art. 127 da Constituição Federal

MISSÃO	VISÃO
Promover a justiça, servir à sociedade e defender a democracia.	Ser instituição acessível à população, independente, integrada, reconhecida por sua transparência e atuação eficaz na transformação da realidade social.

VALORES

Ética	Comprometimento	Independência	Eficácia e efetividade	Transparência	Acessibilidade

RESULTADOS PARA A SOCIEDADE

Defesa da infância e juventude e da educação	Combate à criminalidade	Combate à corrupção e defesa do patrimônio público	Defesa da saúde	Defesa do meio ambiente

RELACIONAMENTO EXTERNO

RELACIONAMENTO COM A SOCIEDADE		RELACIONAMENTO INTERINSTITUCIONAL	
Aprimorar o acesso da sociedade ao Ministério Público.	Divulgar para a sociedade as atribuições, as ações e os resultados da atuação do Ministério Público.	Fomentar e fiscalizar a adoção de políticas públicas para a melhoria dos indicadores e para a transformação da realidade social.	Aprimorar a interlocução com os demais órgãos e instituições.

PROCESSOS INTERNOS

Ter eficácia na atuação.	Modernizar a atuação em segunda instância e promover sinergia entre a primeira e a segunda instâncias.	Racionalizar, otimizar e padronizar procedimentos para maximizar a eficiência das ações institucionais.	Buscar maior uniformidade de atuação, respeitando a independência funcional.

RECURSOS

Otimizar a gestão dos recursos humanos, físicos e financeiros disponíveis.	Prover as Promotorias de Justiça do Estado de membros e servidores com o criterioso planejamento da força de trabalho.	Redesenhar o processo de divisão de atribuições mediante critérios objetivos que observem as peculiaridades de cada área de atuação.	Ter estrutura adequada de apoio técnico especializado para a atividade-fim.

APRENDIZADO E CRESCIMENTO

Acompanhar e analisar os indicadores socioeconômicos de Minas Gerais para direcionar inovações.	Promover a capacitação continuada de membros e servidores, alinhada à estratégia.	Promover a gestão do conhecimento, facilitando o seu compartilhamento e a replicação das melhores práticas.	Aprimorar o modelo de avaliação de desempenho, orientação e fiscalização das atividades de membros e servidores.	Dotar a Instituição de sistemas de informação que fomentem a integração institucional e interinstitucional.

GARANTIR RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS E EXTRAORÇAMENTÁRIOS

MPMG
Ministério Público
do Estado de Minas Gerais

Missão, Visão e Valores

MISSÃO

Promover a justiça, servir à sociedade e defender a democracia.

VISÃO

Ser instituição acessível à população, independente, integrada, reconhecida por sua transparência e atuação eficaz na transformação da realidade social.

VALORES

Ética
Comprometimento
Independência
Eficácia e Efetividade
Transparência
Acessibilidade

INTRODUÇÃO

Introdução

O presente relatório apresenta informações a respeito do andamento dos projetos integrantes do Plano Geral de Atuação – Área-Fim (PGA Finalístico) 2016-2017, disponibilizadas pelos respectivos gerentes de projeto e compiladas pela Coordenadoria de Planejamento Institucional (COPLI).

Para cada projeto integrante do PGA Finalístico 2016-2017, o relatório apresentará as seguintes informações:

- Nome, indicador da situação e a unidade responsável pelo projeto;
- Cronograma de execução do projeto, contendo as ações planejadas, os prazos estimados para execução e a situação de cada tarefa;
- As metas definidas para o projeto e os indicadores associados;
- Informações complementares a respeito da execução do projeto.

Para fins de demonstração da situação do projeto, foram estabelecidos os seguintes indicadores:

- **Farol Verde**: indica que os programas ou projetos apresentam desempenho favorável em relação à execução física e ao prazo. Será aplicado ao projeto que não se enquadrar em nenhum ponto que o classifique como farol vermelho ou farol amarelo. Estão incluídos na lista de projetos com farol verde aqueles que foram iniciados e estão dentro do prazo ou foram encerrados dentro do prazo.

- **Farol Amarelo**: indica que os programas ou projetos apresentam problemas, ameaças ou possíveis situações de riscos que possam comprometer seu desempenho ou impactar outras ações de acompanhamento. Será aplicado ao projeto que não se enquadrar em nenhum ponto que o classifique como farol vermelho. Estão incluídos na lista de projetos com farol amarelo aqueles que deveriam ter iniciado mas não foram, desde que o atraso não comprometa o projeto como um todo.

- **Farol Vermelho**: indica que os programas ou projetos apresentam resultados ou prazos comprometidos em função de entraves e dificuldades vivenciados durante sua execução. O indicador será utilizado também no caso da identificação de ameaças que certamente se concretizarão. Estão incluídos na lista de projetos com farol Vermelho aqueles que estão efetivamente atrasados; possuam tarefa(s) atrasada(s); não foram iniciados no tempo previsto e o atraso compromete a execução do projeto como um todo.

Importante destacar, também, que o presente documento foi compilado como Relatório de Acompanhamento, que consiste em documento elaborado com periodicidade bimestral e apresenta informações relativas às ações previstas para execução no período compreendido entre o início de vigência do PGA Finalístico e a data de fechamento do relatório. Os cronogramas completos, informações adicionais, resultados apurados e lições aprendidas serão objeto dos Relatórios Executivos Parcial e Final, a serem apresentados, respectivamente, em abril de 2017 e abril de 2018.

Por fim, cabe salientar que o presente relatório foi finalizado pela COPLI em 09/05/2016 e reflete as ações executadas em cada projeto integrante do PGA Finalístico 2016-2017 até a data do último envio de informações pelos gerentes de projeto. No quadro abaixo foram listadas as datas de corte consideradas em cada projeto.

Nome do Projeto	Unidade responsável	Última Atualização
10Envolver	CIMOS	05/05/2016
Aprimoramento da Rede de Defesa e Promoção dos Direitos dos Idosos	CAOPPDI	03/05/2016
Atuação especializada no controle externo da atividade policial	CAODH	05/05/2016
Atuação sistêmica no enfrentamento à violência doméstica contra a mulher	CAODH	05/05/2016
Campanha de combate ao *Aedes aegypti*	CAOSAÚDE	06/05/2016
Diárias no Poder Legislativo Municipal	CAOPP	-
Eleições Limpas	CAEL	05/05/2016
Fomento à implementação e/ou fortalecimento regional da Rede de Atenção Psicossocial (Raps) – Fase 1	CAOSAÚDE	06/05/2016
Ministério Público Itinerante	CIMOS	05/05/2016
Ministério Público no Combate à Impunidade	PRJREE	09/05/2016
Monitoramento de impropriedade de gêneros alimentícios no mercado de consumo	Procon	-
O Ministério Público e o Terceiro Setor: Atuação Colaborativa	CAOTS	06/05/2016
Recuperação de Ativos Tributários – ação total	CAOET	09/05/2016
Rede de cooperação entre sistemas de saúde e de justiça – NATPRE	CAOSAÚDE	06/05/2016
Reordenamento de Conselhos Tutelares e Conselhos Municipais de Direitos da Criança e do Adolescente em Minas Gerais	CAODCA	29/04/2016
Rua do Respeito	CIMOS	05/05/2016
Segurança das barragens de rejeitos de mineração	CAOMA	06/05/2016
Universalização do atendimento da população de 4 e 5 anos em pré- escolas e ampliação das vagas para as creches	PROEduc	-

RELATÓRIO

Programa MP em Defesa da Sociedade

Projetos Integrantes:

Atuação Especializada no Controle Externo da Atividade Policial - CAO-DH
Atuação Sistêmica no Enfrentamento à Violência Doméstica Contra a Mulher - CAO-DH
Ministério Público no Combate à Impunidade - PRJREE
Recuperação de Ativos Tributários – Ação Total - CAO-ET

Identificação do Projeto:

Projeto:	Farol
Atuação Especializada no Controle Externo da Atividade Policial	**Amarelo**
Unidade Responsável:	
Centro de Apoio Operacional das Promotorias de Justiça de Defesa dos Direitos Humanos e Apoio Comunitário (CAODH)	

Cronograma:

Nome da Tarefa	Início	Término	Situação
1. Instituir um Grupo de Trabalho (GT) especializado em segurança pública;	01/02/2016	01/05/2016	Concluída
1.1. Reunião inaugural do Grupo de Trabalho	01/05/2016	01/06/2016	Em execução
6. Promover evento destinado aos públicos interno e externo para debater a atuação do MPMG na tutela coletiva da segurança pública.	07/01/2016	01/04/2017	Deveria ter sido iniciada

Metas do projeto:

Meta 1	
Identificação:	Constituir Grupo de Trabalho
Indicador:	Ato do PGJ publicado
Resultado:	1
Situação:	10% 20% 30% 40% 50% 60% 70% 80% 90% 100%

Meta 2	
Identificação:	Elaborar 01 documento com diretrizes estabelecidas para a atuação do Grupo de Trabalho
Indicador:	Documento com diretrizes publicado.
Resultado:	Não apurado
Situação:	10% 20% 30% 40% 50% 60% 70% 80% 90% 100%

Meta 3	
Identificação:	Elaborar 01 material técnico-científico com diretrizes sobre a atuação do MPMG na tutela coletiva da segurança pública
Indicador:	Nota Técnica publicada
Resultado:	Não apurado
Situação:	10% 20% 30% 40% 50% 60% 70% 80% 90% 100%

Meta 4	
Identificação:	Revisar e publicar Roteiro de Atuação
Indicador:	Segunda edição do Roteiro publicada
Resultado:	Não apurado
Situação:	10% 20% 30% 40% 50% 60% 70% 80% 90% 100%

Meta 5	
Identificação:	Testar a partir da adesão de no mínimo 5 regiões integradas de segurança pública (RISP).
Indicador:	Número regiões que participaram do teste e elaboraram relatórios executivos contendo impressões sobre diretrizes em teste
Resultado:	Não apurado
Situação:	10% 20% 30% 40% 50% 60% 70% 80% 90% 100%

Informações Complementares:

Ação 2: O grupo de trabalho, criado por meio de Ato do Procurador-Geral de Justiça, publicado no DOEMP/MG do dia 07/05/2016, irá se reunir dia 16/05/2016, será a 1ª reunião que contará com a participação dos membros que integrarão o grupo. A pauta ainda não foi definida. Estão trabalhando em conjunto com a DEPE no levantamento de dados a serem trabalhados ao longo do período.

Designa, no uso de suas atribuições, em conformidade com ação prevista no Plano Geral de Atuação – Área Finalística – Biênio 2016-2017, os Promotores de Justiça abaixo relacionados para, sem prejuízo de suas funções, comporem Grupo de Trabalho especializado em Segurança Pública e Controle Externo da Atividade Policial:

Ana Cláudia Lopes
Cláudia Spranger e Silva Luiz Motta
Daniel dos Santos Rodrigues
Francisco Ângelo Silva Assis
Gislane Testi Colet
Guilherme Roedel Fernandez Silva
Ingrid Veloso Soares do Val
Janaína de Andrade Dauro
Marcelo Schirmer Albuquerque
Nívia Mônica da Silva
Rafael Moreno Rodrigues Silva Machado
Sílvio José Marques Landim
Vinícius Bigonha Cancela Moraes de Melo

DOEMP/MG 07/05/2016

Identificação do Projeto:

Projeto:	Farol
Atuação sistêmica no enfrentamento à violência doméstica contra a mulher	**Amarelo**
Unidade Responsável:	
Centro de Apoio Operacional das Promotorias de Justiça de Defesa dos Direitos Humanos e Apoio Comunitário (CAODH)	

Cronograma:

Nome da Tarefa	Início	Término	Situação
1. Realizar curso de qualificação sobre o Protocolo Latino-Americano de investigação de Mortes Violentas de Mulheres por Razões de Gênero, destinado a membros do MPMG que atuam no Júri, promotorias criminais e no combate à violência doméstica e familiar contra a mulher	01/03/2016	31/06/2016	Deveria ter sido iniciada
2. Constituir Grupo de Trabalho (GT) formado por órgãos de execução que atuam no enfrentamento da violência doméstica e familiar contra a mulher, em municípios que referenciam as principais mesorregiões do Estado	01/04/2016	01/06/2016	Deveria ter sido iniciada

Metas do projeto:

Meta 1	
Identificação:	Qualificar, por meio de curso sobre feminicídio, entre 01/03 e 01/05/2016, no mínimo 20 membros do MPMG que atuam no Júri, promotorias criminais e no combate à violência doméstica
Indicador:	Número de participantes qualificados
Resultado:	Não apurado
Situação:	10% 20% 30% 40% 50% 60% 70% 80% 90% 100%

Meta 2	
Identificação:	Entregar diagnóstico até 01/08/2016
Indicador:	Entrega de um relatório no prazo
Resultado:	Não apurado
Situação:	10% 20% 30% 40% 50% 60% 70% 80% 90% 100%

Meta 3	
Identificação:	Realizar, entre 01/10 e 31/11/2016, workshop com pelo menos 30 presentes.
Indicador:	Número de participantes no workshop
Resultado:	Não apurado
Situação:	10% 20% 30% 40% 50% 60% 70% 80% 90% 100%

Meta 4	
Identificação:	Produzir, até 31/11/2016, 10 enunciados
Indicador:	Número de enunciados produzidos
Resultado:	Não apurado
Situação:	10% 20% 30% 40% 50% 60% 70% 80% 90% 100%

Meta 5	
Identificação:	Produzir material técnico-científico até 31/09/2017
Indicador:	Nota Técnica publicada
Resultado:	Não apurado
Situação:	10% 20% 30% 40% 50% 60% 70% 80% 90% 100%

Meta 6	
Identificação:	Fomentar, até 20/08/2017, adesão ao projeto com no mínimo de 10 (dez) promotores de Justiça que se comprometam a ampliar sua atuação
Indicador:	Número de adesões feitas pelos promotores de Justiça.
Resultado:	Não apurado
Situação:	10% 20% 30% 40% 50% 60% 70% 80% 90% 100%

Informações Complementares:

Ação 1: O referido curso será realizado em 02 e 03 de junho, em parceria com o TJMG e com a ONU Mulheres.

Ação 2: O Grupo de Trabalho será constituído logo após a realização do evento a que se refere à ação 1.

Identificação do Projeto:

Projeto:	Farol
Ministério Público no Combate à Impunidade	**Verde**
Unidade Responsável:	
Procuradoria de Justiça de Recursos Especiais e Extraordinários Criminais (PRJREE)	

Cronograma:

Nome da Tarefa	Início	Término	Situação
1. Analisar os processos em grau de recurso, remetidos com vista ao MPMG para ciência de acórdãos criminais proferidos pelo TJMG, visando identificar aqueles cujas sentenças condenatórias tenham sido mantidas ou proferidas em 2ª Instância	01/04/2016	19/12/2016	Em execução
2. Interpor recursos visando a decretação da prisão dos réus condenados, ainda em liberdade, relacionados aos processos identificados na ação anterior	01/04/2016	19/12/2016	Em execução
3. Fomentar a adesão dos procuradores de Justiça atuantes na seara criminal ao posicionamento adotado pela PRJEE	01/04/2016	19/12/2016	Em execução

Metas do projeto:

Meta 1	
Identificação:	Buscar o início da execução penal de todos os réus condenados em Segunda Instância
Indicador:	Percentual de recursos interpostos
Resultado:	Não apurado
Situação:	10% 20% 30% 40% 50% 60% 70% 80% 90% 100%

Meta 2	
Identificação:	Adesão ao posicionamento adotado pela PRJREE de, ao menos, 5% dos procuradores de Justiça com atuação criminal
Indicador:	Percentual de procuradores de Justiça que aderiram ao posicionamento adotado pela PRJREE
Resultado:	03
Situação:	10% 20% 30% 40% 50% 60% 70% 80% 90% 100%

Informações Complementares:

Ações 1 e 2: Em complemento à ação 1, a PJREE executou mutirão para identificar casos onde houve interposição de recursos pelos Procuradores de Justiça com atuação naquela unidade do MPMG e cujas sentenças condenatórias tenham sido mantidas ou proferidas em 2ª Instância. Na sequência foram apresentados os recursos especiais cabíveis visando à decretação da prisão dos réus condenados ainda em liberdade. Até 06/05/2016, contabilizavam-se 889 recursos impetrados nessas ações.

Ação 3: As ações de fomento junto aos membros do MPMG com atuação junto às demais Procuradorias de Justiça criminais ainda não foram iniciadas. Não obstante, computam-se os 03 Procuradores de Justiça atuantes junto à PJREE, uma vez que aqueles órgãos de execução adotam posicionamento idêntico no que se refere ao novo entendimento do Supremo Tribunal Federal.

Ação 4: A COPLI e a Superintendência Judiciária estão desenvolvendo processo de trabalho para que seja possível, em curto prazo, contabilizar números relativos à atuação finalística (indicadores de esforço institucional), bem como alguns indicadores iniciais que permitam mensurar eventuais resultados alcançados pelo MPMG.

Identificação do Projeto:

Projeto:	Farol
Recuperação de Ativos Tributários – Ação Total	**Verde**
Unidade Responsável:	
Centro de Apoio Operacional das Promotorias de Justiça de Defesa dos Direitos Humanos e Apoio Comunitário (CAODH)	

Cronograma:

Nome da Tarefa	Início	Término	Situação
1. Desenvolver operações conjuntas pela Força-Tarefa composta por MP, SEF, AGE e Polícias Civil e Militar	01/01/2016	31/12/2017	Em execução
2. Ampliar parcerias interinstitucionais	01/01/2016	31/12/2017	Em execução
3. Realizar análise da "carteira de grandes devedores" de ICMS	01/01/2016	30/06/2016	Em execução
4. Celebrar acordos entre a Força-Tarefa e o contribuinte com vista à quitação do crédito tributário	01/01/2016	31/12/2016	Em execução
5. Desenvolver sistema de informação de vinculação, controle e acompanhamento da tramitação de Autos de Notícia-Crime (ANCs) e procedimentos investigatórios (PICs, PAAFs, etc.) em cada promotoria do estado	01/01/2016	31/12/2016	Em execução
6. Realizar análise, pelo CAOET, dos "estoques" de ANCs e procedimentos acumulados nas promotorias do interior, não abrangidas pelas Regionais	01/01/2016	30/06/2016	Em execução
7. Ampliar equipe técnica para absorção da demanda relatada no item 6	01/01/2016	31/12/2016	Concluída

Metas do projeto:

Meta 1	
Identificação:	Promover a recuperação de R$100.000.000,00 (cem milhões de reais) em receitas aos cofres do Estado, por meio de operações conjuntas e acordos de pagamento, no período de 01/01/2016 a 31/12/2016
Indicador:	Montante de ativos recuperados
Resultado:	R$12.760.436,69 (acordos) + R$4.821.027,60 (bens indisponibilizados)
Situação:	10% 20% 30% 40% 50% 60% 70% 80% 90% 100%

Meta 2	
Identificação:	Liquidar o estoque de 100 Autos de Notícia-Crime (ANC) no Estado, identificando eventuais IPs instaurados com base nestes ANCs, no período de 01/01/2016 a 30/06/2016
Indicador:	Número (ou percentual) de ANCs analisados
Resultado:	8
Situação:	08% 20% 30% 40% 50% 60% 70% 80% 90% 100%

Meta 3	
Identificação:	Desenvolver, em conjunto com os órgãos parceiros, pelo menos 20 ações – judiciais e extrajudiciais - tendentes a garantir o recolhimento dos impostos devidos pelos contribuintes mineiros
Indicador:	Número de ações (judiciais/extrajudiciais)
Resultado:	2
Situação:	10% 20% 30% 40% 50% 60% 70% 80% 90% 100%

Informações Complementares:

O levantamento parcial fica prejudicado, especialmente porque:

1) Não estão incluídos os números das Coordenadorias Estaduais, apurados no final do ano;

2) O montante efetivamente recuperado, de igual forma, é apurado ao final, especialmente por considerar o acréscimo dos recolhimentos verificados no decorrer do ano.

Números Apurados Até o Presente		
Operações Conjuntas	02	-
Apoio ao interior	09 ANCs recebidos	08 denúncias minutadas
ANCs recebidos da SEF	14	-
Acordos	09	Valor global de R$ 12.760.463,69 Ingresso imediato de R$ 3.920.174,66
Bens indisponibilizados	-	R$ 4.821.027,60
PAAFs instaurados	08	1 denuncia minutada, 1 arquivado
PICs instaurados	04	-
Notícias de Fato instauradas	04	02 encerradas

Programa MP no Combate à Corrupção e na Defesa da Coisa Pública

Projetos Integrantes:

Eleições Limpas - CAEL
Diárias no Poder Legislativo Municipal - CAO-PP

Identificação do Projeto:

Projeto:	Farol
Eleições Limpas	**Vermelho**
Unidade Responsável:	
Coordenadoria Estadual de Apoio aos Promotores Eleitorais (CAEL)	

Cronograma:

Nome da Tarefa	Início	Término	Situação
1. Reunir com os parceiros MPE, TRE, PRE, OAB, CNBB, MCCE, TCMG.	01/03/2016	31/03/2016	Em atraso
Reunião com Promotores Eleitorais de BH e Dirigentes e Representantes Partidários	01/03/2016	30/03/2016	Concluída
Reunião com os Promotores Eleitorais de BH, responsáveis pela Propaganda Eleitoral nas eleições 2016	01/03/2016	20/04/2016	Concluída
Audiência pública sobre as eleições 2016	01/03/2016	20/04/2016	Concluída
2. Realizar Seminário Eleitoral sobre o tema Legislação Eleitoral.	07/04/2016	08/04/2016	Concluída

Metas do projeto:

Meta 1	
Identificação:	Criar, no mínimo, 50 comitês no Estado de Minas Gerais
Indicador:	Número de comitês criados
Resultado:	Não apurado
Situação:	10% 20% 30% 40% 50% 60% 70% 80% 90% 100%

Meta 2	
Identificação:	Promover a adesão de 50 promotores eleitorais ao projeto
Indicador:	Número de adesões ao projeto
Resultado:	Não apurado
Situação:	10% 20% 30% 40% 50% 60% 70% 80% 90% 100%

Informações Complementares:

Ação 1:

Reunião com Promotores Eleitorais de BH e Dirigentes e Representantes Partidários, realizada no dia 20/4/16, no Salão Vermelho da PGJ, com a presença de 29 participantes;

Reunião com os Promotores Eleitorais de BH, responsáveis pela Propaganda Eleitoral nas eleições 2016, realizada no dia 20/4/16, no pilotis da Torre 1, com a presença de 5 participantes;

Audiência pública sobre as eleições 2016, realizada na Procuradoria Regional Eleitoral - PRE, em 30/3/16, com a presença de 20 participantes.

Ação 2: Seminário "Eleições Municipais 2016" realizado nos dias 7 e 8-abril, no Salão Vermelho da PGJ, com a presença de cerca de 150 participantes;

Ação 5: Foi iniciada no período tendo sido elaboradas, enviadas e disponibilizadas aos Promotores Eleitorais as seguintes Recomendações, disponíveis em: https://intranet.mpmg.mp.br/intranetmpmg/atividade-fim/defesa-do-cidadao/eleitoral/paginas-especificas/recomendacoes/

- Recomendação 001 - Programas Sociais
- Recomendação 002 - Partidos - Propaganda Extemporânea
- Recomendação 003 - Jornais
- Recomendação 004 - Rádio e TV
- Recomendação 005 - Transporte de Eleitores

Identificação do Projeto:

Projeto:	Farol
Diárias no Poder Legislativo Municipal	**Vermelho**
Unidade Responsável:	
Centro de Apoio Operacional às Promotorias de Justiça do Patrimônio Público (CAO-PP)	

Cronograma:

Nome da Tarefa	Início	Término	Situação
1. Promover reuniões com o TCE – entidade parceira do projeto	16/02/2016	16/04/2016	Deveria ter sido finalizada
2. Receber dados do TCE referentes a valores e montantes de diárias pagas a vereadores de todo o Estado – em planilha eletrônica	16/02/2016	16/04/2016	Deveria ter sido finalizada
3. Estudar e elaborar planilha com valores médios de diárias pagas pelos municípios	17/04/2016	17/05/2016	Deveria ter sido iniciada

Metas do projeto:

Meta 1	
Identificação:	Obter adesão de, ao menos, 10% dos promotores de Justiça com atuação na defesa do patrimônio público ao projeto
Indicador:	Número de promotores de Justiça com atuação na defesa do patrimônio público que aderiram ao projeto
Resultado:	Não apurado
Situação:	10% 20% 30% 40% 50% 60% 70% 80% 90% 100%

Informações Complementares:

Por recomendação da Câmara de Procuradores de Justiça, o projeto “Diárias no Poder Legislativo Municipal” encontra-se em revisão para fins de aprimoramento. Por este motivo não foram apuradas as ações executadas até o presente.

Programa MP em Defesa do Ordenamento Jurídico e da Cidadania

Projetos Integrantes:

10envolver - CIMOS
Aprimoramento da Rede de Defesa e Promoção dos Direitos dos Idosos - CDDF
Campanha de combate ao Aedes aegypti - CAOSAUDE
Fomento à implementação e/ou fortalecimento regional da Rede de Atenção Psicossocial (RAPS) – Fase 1 - CAOSAUDE e CAODCA
Ministério Público Itinerante - CIMOS
Monitoramento de impropriedade de gêneros alimentícios no mercado de consumo - PROCON-MG
O Ministério Público e o Terceiro Setor: atuação colaborativa - CAO-TS
Rede de Cooperação entre Sistemas de Saúde e de Justiça – NATPRE - CAOSAUDE
Reordenamento de Conselhos Tutelares e Conselhos Municipais de Direitos da Criança e do Adolescente em Minas Gerais - CAODCA
Rua do Respeito - CIMOS
Segurança das Barragens de Rejeitos de Mineração - CAO-MA
Universalização do atendimento da população de 4 e 5 anos em pré-escolas e ampliação das vagas para as creches - PROEDUC

Identificação do Projeto:

Projeto:	Farol
10Envolver	**Amarelo**
Unidade Responsável:	
Coordenadoria de Inclusão e Mobilização Sociais (CIMOS)	

Cronograma:

Nome da Tarefa	Início	Término	Situação
1. Preparar material para oficinas visando o fortalecimento do PNAE como forma de potencializar o desenvolvimento local em municípios do 10envolver.	01/02/2016	31/03/2016	Concluída
2. Realizar visita prévia ao município que receberá o "Projeto de Intervenção Articulada" a ser realizado no âmbito da parceria entre CIMOS, PNUD e FGV.	07/01/2016	15/11/2017	Concluída
3. Realizar oficina(s) de formação cidadã no âmbito do "Projeto de Intervenção Articulada", em conjunto com PNUD.	25/01/2016	01/12/2017	Concluída
4. Realizar oficinas sobre o PNAE e sua importância para o desenvolvimento local	01/04/2016	01/12/2017	Deveria ter sido iniciada

Metas do projeto:

Meta 1	
Identificação:	Realizar 3 (três) oficinas para fortalecimento do PNAE, até 01/12/2017.
Indicador:	Número de oficinas realizadas no prazo
Resultado:	0
Situação:	10% 20% 30% 40% 50% 60% 70% 80% 90% 100%

Meta 2	
Identificação:	Realizar 1 (uma) oficina de formação cidadã, no âmbito do “Projeto 10envolvendo Capacidades” em pelo menos um município contemplado pelo projeto 10envolver, até 01/12/2017
Indicador:	Número de oficinas realizadas no prazo
Resultado:	6
Situação:	100% 200% 300% 400% 500% 600% 700% 800% 900% 1000%

Meta 3	
Identificação:	Elaboração de 1 (uma) peça técnica de avaliação das ações realizadas no 10envolver por ano, até 20/12/2017
Indicador:	Número de peças técnicas elaboradas no prazo
Resultado:	0
Situação:	10% 20% 30% 40% 50% 60% 70% 80% 90% 100%

Informações Complementares:

Ação 2: Crisólita foi o município contemplado pelo “Projeto de Intervenção Articulada”.

Ação 3: A oficina contou com cerca de 220 participantes.

Identificação do Projeto:

Projeto:	Farol
Aprimoramento da Rede de Defesa e Promoção dos Direitos dos Idosos	**Vermelho**
Unidade Responsável:	
Centro de Apoio Operacional das Promotorias de Justiça de Defesa da Pessoa com Deficiência e Idosos (CAOPPDI)	

Cronograma:

Nome da Tarefa	Início	Término	Situação
1. Estabelecer parceria com as partes envolvidas: MP, Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) e ONG Rede Cidadã.	01/03/2016	29/07/2016	Em execução
2. Desenvolver em conjunto com a ONG Rede Cidadã o projeto "Rede de Defesa e Promoção dos Direitos dos Idosos de MG" e submeter à aprovação da Administração Superior.	15/03/2016	28/04/2016	Concluída
3. Definir atribuição de cada parceiro envolvido.	01/04/2016	29/04/2016	Em atraso
4. Provocar o poder público municipal visando à implementação do projeto.	02/05/2016	30/03/2017	Deveria ter sido iniciada

Metas do projeto:

Meta 1	
Identificação:	Criar Centro Dia em Belo Horizonte com 60 vagas para idosos semidependentes, até 31/12/2017.
Indicador:	Número de vagas criadas no prazo
Resultado:	Não apurado
Situação:	10% 20% 30% 40% 50% 60% 70% 80% 90% 100%

Meta 2	
Identificação:	Criar Centro de Convivência em Belo Horizonte com 100 vagas para idosos independentes vulneráveis socialmente, até 31/12/2017.
Indicador:	Número de vagas criadas no prazo
Resultado:	Não apurado
Situação:	10% 20% 30% 40% 50% 60% 70% 80% 90% 100%

Meta 3	
Identificação:	Criar Centro de Convivência em Betim com 100 vagas (dentro da antiga Colônia Santa Isabel), para idosos independentes vulneráveis socialmente, até 31/12/2017.
Indicador:	Número de vagas criadas no prazo
Resultado:	Não apurado
Situação:	10% 20% 30% 40% 50% 60% 70% 80% 90% 100%

Meta 4	
Identificação:	Criação e implantação do Conselho Municipal do Idoso em pelo menos 30% dos municípios de MG, até 31/12/2017.
Indicador:	Percentual de municípios com Conselho Municipal implantado no prazo.
Resultado:	Não apurado
Situação:	10% 20% 30% 40% 50% 60% 70% 80% 90% 100%

Identificação do Projeto:

Projeto:	Farol
Campanha de combate ao *Aedes aegypti*	**Verde**
Unidade Responsável:	
Centro de Apoio Operacional das Promotorias de Defesa da Saúde (CAOSAÚDE)	

Cronograma:

Nome da Tarefa	Início	Término	Situação
1. Criação de banner da Campanha e release para exposição no Portal Público do MPMG	01/02/2016	25/02/2016	Concluída
2. Alteração da Página do CAOSAÚDE no portal do MPMG com amplo material para consulta	01/02/2016	01/02/2017	Concluída
3. Criação do Roteiro de Atuação, com sua inserção na página do CAOSAÚDE, para os promotores de Justiça das comarcas do interior	01/02/2016	25/02/2016	Concluída
4. Ofício Circular Conjunto PGJ e CAOSAÚDE nº005/2016, com encaminhamento para todas as comarcas, informando da participação do MPMG na Campanha de Combate ao *Aedes aegypti*	01/02/2016	22/02/2016	Concluída
5. Criação de um banner da Campanha para envio, por e-mail, aos membros do MPMG de informações de como acessar a página do CAOSAÚDE e do Roteiro de Atuação	01/02/2016	22/02/2016	Concluída
6. Elaboração de Minuta de Termo de Cooperação Técnica (TCT) e encaminhamento ao coordenador da Campanha de Combate ao *Aedes aegypti*, vice-governador de MG, visando sua contribuição, aprimoramentos e aprovação definitiva	01/02/2016	22/02/2016	Concluída
7. Lançamento da Estratégia Estadual e solenidade para assinatura do Termo de Cooperação Técnica (TCT)	25/02/2016	25/02/2016	Concluída
8. Instauração de procedimento investigatório	01/02/2016	01/12/2017	Em execução

Metas do projeto:

Meta 1	
Identificação:	Instauração de procedimento investigatório pelas 296 promotorias de Justiça, até 31/12/2017
Indicador:	Número de procedimentos investigatórios instaurados
Resultado:	Não apurado
Situação:	10% 20% 30% 40% 50% 60% 70% 80% 90% 100%

Meta 2	
Identificação:	Criação de item específico na página do CAOSAÚDE da Campanha de Combate ao *Aedes aegypti* para acesso pelas 296 comarcas de Minas Gerais até 25/02/2016 com material sobre d*engue*, *chikungunya* e *zika*.
Indicador:	Material sobre d*engue, chikungunya* e *zika* divulgado
Resultado:	Material produzido e divulgado
Situação:	10% 20% 30% 40% 50% 60% 70% 80% 90% 100%

Informações Complementares:

Ação 1: Disponibilidade no portal extranet da Campanha de Combate ao *Aedes aegypti* para acesso, conforme solicitado, de outras instituições estaduais e nacionais;

Ação 2: Atualização, com inclusões de peças como Recomendações, ACP's, TAC, na página do CAOSAUDE "Campanha de Combate ao *Aedes aegypti*";

Ação 3: Encaminhamento para todos os promotores de Justiça, via e-mail, do Roteiro de Atuação para fornecer aos diversos Órgãos de Execução, com atribuições na Defesa da Saúde, subsídios técnico-jurídicos necessários à adequada fiscalização da Política Pública de Saúde, no tocante à implementação, pelos gestores SUS, de medidas efetivas de vigilância no combate ao mosquito *Aedes aegypti*, transmissor da Dengue, febre Chikungunya e o Zika vírus;

Ação 4: Elaboração e envio do Ofício Circular nº 005/2016, informando aos promotores de Justiça com atuação na Defesa da Saúde sobre a integração do Ministério Público, por meio da Procuradoria Geral de Justiça, à Campanha Estadual de Combate ao *Aedes aegypti* do Governo do Estado de Minas Gerais e Municípios;

Ação 6 e7: Assinatura do Termo de Cooperação Técnica com o Governo do Estado e Ministério Público de Minas Gerais, dia 25 de fevereiro do corrente, no evento realizado no Minas Centro;

Ação 8: Instauração, até a data de 18 de abril do corrente, de:

1. Notícia de Fato - 41 (quarenta e um);
2. Procedimento Preparatório – 15 (quinze)
3. Inquérito Civil – 47 (quarenta e sete);
4. Ação Civil Pública – 04 (quatro);
5. Procedimento de Apoio à Atividade Fim – 03 (três).

Outras ações realizadas:

- Reunião do Vice-Governador, presidente do Comitê de Combate ao *Aedes aegypti*, e CAOSAUDE com Presidente do Tribunal de Contas de Minas Gerais para apoio desse órgão à campanha;
- Reunião com ArcelorMittal para adesão das empresas ao comitê de Combate ao *Aedes aegypti*;
- Reunião com o presidente do Comitê para discussão da nova edição atualizada do "SUSINHO" sobre a dengue, chikungunya e zika;
- Participação em Audiência Pública com o Deputado Federal Newton Cardoso Júnior, Relator da Medida Provisória nº 712/2016, que dispõe sobre a adoção de medidas de vigilância em saúde quando verificada situação de iminente perigo à saúde pública pela presença do mosquito transmissor do vírus da dengue, do vírus chikungunya e do zika vírus, para discussão de expandir o foco da medida, incluindo outras ações;
- Apresentação do site da Campanha de Combate ao *Aedes aegypti* do TCE para o Comitê e CAOSAUDE;

Reunião com a Federação das Indústrias do Estado de Minas Gerais – FIEMG para articulação e apoio ao comitê;

Identificação do Projeto:

Projeto:	Farol
Fomento à implementação e/ou fortalecimento regional da Rede de Atenção Psicossocial (RAPS) - Fase 1	**Verde**
Unidade Responsável:	
Centro de Apoio Operacional das Promotorias de Defesa da Saúde (CAOSAÚDE)	

Cronograma:

Nome da Tarefa	Início	Término	Situação
1. Realizar articulação prévia do CAOSAUDE e CAODCA com os órgãos partícipes.	01/12/2015	01/02/2016	Concluída
2. Realizar coleta de indicadores junto à SES/MG quanto a atual estruturação das Microrregiões de Saúde com equipamentos e serviços com atuação regionalizada.	01/12/2015	01/02/20216	Não apurado[1]
3. Realizar coleta de indicadores, junto à Coordenação Estadual de Saúde Mental da SES-MG, do quantitativo/local de CAPS AD III em funcionamento, em cada uma das Microrregiões de Saúde, com identificação do município-referência, linha de financiamento municipal, estadual e federal e; cobertura populacional	014/12/2015	01/02/2016	Não apurado[1]
4. Realizar coleta de indicadores, junto à Coordenação Estadual de Saúde Mental da SES-MG, do quantitativo/local de Unidades de Acolhimento Infanto-Juvenil (UA) em cada uma das Microrregiões de Saúde; com identificação do município-referência; linha de financiamento (investimento e custeio), de natureza municipal, estadual e federal; cobertura populacional	01/12/2015	01/02/2016	Não apurado[1]
5. Realizar coleta de indicadores, junto à Coordenação Estadual de Saúde Mental da SES-MG, do quantitativo/local de Comunidades Terapêuticas beneficiárias do programa Cartão Aliança pela Vida, instituído pelo Decreto estadual 45.739, de 2011.	01/12/2015	01/02/2016	Não apurado[1]
6. Solicitar informações à Coordenação Estadual de Saúde Mental da SES-MG, do quantitativo/local de leitos habilitados para o Serviço Hospitalar de Referência para atenção às pessoas com sofrimento ou transtorno mental e com necessidades decorrentes de saúde decorrentes do uso de crack, álcool e outras drogas, em cada uma das Micro/Macrorregiões de Saúde, adulto e infanto-juvenil, na forma da Portaria MS nº 148, de 31 de janeiro de 2012	01/12/2015	01/02/2016	Não apurado[1]
7. Realizar coleta de indicadores, junto à Secretaria Nacional de Álcool e Drogas, do Ministério da Justiça (MJ) do quantitativo/local de Comunidades Terapêuticas beneficiadas com custeio federal, em face do Plano Integrado de Enfrentamento ao Crack e outras Drogas, instituído pelo Decreto Federal nº 7.190, de 20 de maio de 2010.	01/12/2015	01/02/2016	Não apurado[1]
8. Realizar coleta de indicadores, junto à Secretaria Nacional de Álcool e Drogas, do Ministério da Justiça (MJ) do quantitativo/local de Comunidades Terapêuticas beneficiadas com custeio federal, em face do Plano Integrado de Enfrentamento ao Crack e out	01/12/2015	01/02/2016	Não apurado[1]
9. Solicitar informações à Coordenação Nacional de Saúde Mental, ao Ministério da Saúde, sobre apoio institucional à estratégia, inclusive de natureza financeira para construção e custeio de equipamentos da Rede de Atenção em Saúde Mental.	01/12/2015	01/02/2016	Não apurado[1]
10. Realizar levantamento da previsão dos recursos orçamentários e financeiros, de natureza municipal, na LOA (Lei Orçamentária Anual), Plano Municipal de Saúde (PMS) e Programação Anual de Saúde (PAS) para atendimento das ações e serviços de Saúde Menta	01/12/2015	01/02/2016	Não apurado[1]

Nome da Tarefa	Início	Término	Situação
11. Buscar apoio para a sistematização das informações gerais, na forma de Indicadores de Saúde, visando consolidado de Diagnóstico Situacional	01/02/2016	31/12/2016	Não apurado[1]
12. Elaborar minuta de Termo de Cooperação Técnica (TCT) com remessa para os órgãos signatários, visando sua contribuição e aprovação definitiva.	16/02/2016	02/03/2016	Não apurado[1]
13. Comunicar aos promotores de Justiça sobre a estratégia e convite à solenidade de assinatura do TCT.	16/02/2016	23/02/2016	Não apurado[1]
14. Comunicar aos promotores de Justiça sobre a estratégia e convite à solenidade de assinatura do TCT.	23/02/2016	23/02/2016	Não apurado[1]
15. Realizar lançamento da estratégia estadual e solenidade para assinatura do TCT, com produção de vídeo (entrevistar parceiros do TCT e autoridades presentes na solenidade para distribuição aos promotores de justiça).	03/03/2016	03/03/2016	Não apurado[1]
16. Elaborar cronograma de implementação do projeto que vise o fortalecimento da Rede de Atenção Psicossocial (RAPS), conforme especificidades de cada região, em cada uma das 77 (setenta e sete) Microrregiões de Saúde, a partir dos equipamentos/serviços infanto-juvenil.	04/03/2016	11/03/2016	Não apurado[1]
17. Publicar, no Diário Oficial, estratégia e cronograma de viagens, bem como divulgar estratégia no portal de notícias do MPMG.	14/03/2016	14/03/2016	Não apurado[1]
18. Fomentar a elaboração de um Kit com cartilhas (impressas), vídeo, roteiro de atuação (impresso), com orientação aos promotores de Justiça da execução da estratégia, visando à adoção de providências pelos órgãos do Sistema de Saúde e de Justiça na implementação e fortalecimento da Rede de Atenção Psicossocial microrregional	03/03/2016	20/03/2017	Não apurado[1]
19. Buscar parcerias para construção de um software de controle e fiscalização das internações em saúde mental (involuntárias) pelos equipamentos e serviços SUS, para fins de inclusão daquelas de natureza compulsória e das relacionadas às Comunidades Terapêuticas	03/03/2016	14/03/2017	Não apurado[1]
20. Realizar Seminário com as Comunidades Terapêuticas e Sistema de Saúde (fiscalização, credenciamento, atuação complementar na Rede de Atenção à Saúde Mental) e participação dos promotores de Justiça de defesa da Saúde e da Infância e Juventude.	03/03/2016	03/03/2016	Concluída
21.Executar projeto de implementação e fortalecimento da Rede de Atenção Psicossocial (RAPS), alinhados com a participação dos promotores de Justiça de cada comarca que faz parte das 77 (setenta e sete) Microrregiões de Saúde, com instauração respectiva de PAAF e PROPS no Sistema de Registro Único (SRU).	14/03/2016	31/12/2017	Não apurado[1]

[1]Não foi possível apurar o resultado de cada ação específica a partir do documento encaminhado pela gerente do projeto.

Metas do projeto:

Meta 1	
Identificação:	Distribuir o kit para 100 comarcas até 31/12/2016
Indicador:	Número de comarcas que receberam o kit
Resultado:	Não apurado
Situação:	10% 20% 30% 40% 50% 60% 70% 80% 90% 100%

Meta 2	
Identificação:	Encaminhar relatório do diagnóstico situacional microrregional para 100 comarcas até 31/12/2017
Indicador:	Número de comarcas que receberam o diagnóstico situacional microrregional
Resultado:	Não apurado
Situação:	10% 20% 30% 40% 50% 60% 70% 80% 90% 100%

Meta 3	
Identificação:	Implementar a rede de atenção psicossocial em 15 microrregiões de saúde até 31/12/2017
Indicador:	Número de microrregiões que implementaram a rede de atenção psicossocial
Resultado:	Não apurado
Situação:	10% 20% 30% 40% 50% 60% 70% 80% 90% 100%

Informações Complementares:

Ações realizadas:

- Reunião, em Brasília, com o Coordenador-Geral de Saúde Mental, Álcool e Outras Drogas do Departamento de Atenção Especializada e Temática da Secretaria de Atenção à Saúde do Ministério da Saúde – MS;
- Envio do projeto para o Ministério da Saúde para apresentação de sugestões;
- Recebimento do projeto com sugestões da Coordenação Geral de Saúde Mental, Álcool e Outras Drogas do Ministério da Saúde para avaliação do CAOSAUDE e CAODCA;
- Reunião com a coordenadora da saúde mental da Secretaria de Estado de Saúde para apresentação do projeto;
- Envio do projeto para avaliação/sugestão da SES/MG;
- Reunião com representantes das Comunidades Terapêuticas do Estado de Minas Gerais para apresentação do projeto e discussão sobre o papel das comunidades na Rede de Atenção Psicossocial;
- Participação do CAOSAUDE na IV Conferência Estadual de Saúde Mental para discussões sobre a implantação da RAPS;
- Estratégia da realização de Seminário sobre o papel das Comunidades Terapêuticas na Rede de Atenção Psicossocial – RAPS;
- Articulação do CAOSAUDE e CAOCDA com Coordenação Nacional de Saúde Mental; Secretaria de Estado de Saúde – SES/MG e Conselho de Secretarias Municipais de Saúde de Minas Gerais – COSEMS/MG, de reunião em Belo Horizonte, para discussão, dente outras, da liberação da linha de financiamento da RAPS em toda Minas Gerais.

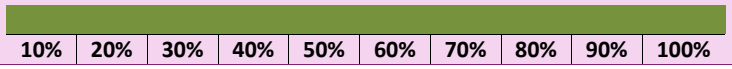
Identificação do Projeto:

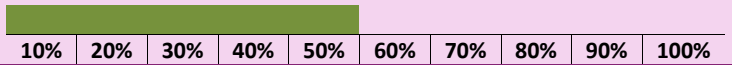
Projeto:	Farol
Ministério Público Itinerante	**Verde**
Unidade Responsável:	
Coordenadoria de Inclusão e Mobilização Sociais (CIMOS)	

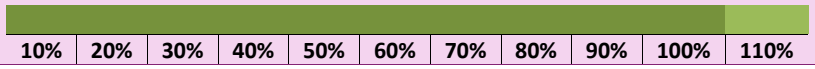
Cronograma:

Nome da Tarefa	Início	Término	Situação
1. Planejar e realizar eventos MP Itinerante Ano 2016	01/01/2016	31/12/2016	Em execução
1.1 Elaborar cronograma de eventos.	01/01/2016	01/02/2016	Concluída
1.2 Mobilizar sociedade civil, promotores naturais, servidores e secretarias dos municípios contemplados para a participação no projeto “MP Itinerante”.	01/01/2016	31/12/2016	Em execução
1.3 Fomentar a participação do promotor de Justiça aos municípios que não são sede de comarca a fim de promover o acesso à justiça.	01/01/2016	31/12/2016	Em execução
1.4 Realizar parcerias com outras instituições públicas para prestação de serviços.	01/01/2016	31/12/2016	Em execução
1.5 Promover o acesso à Justiça através da difusão do conhecimento.	01/01/2016	31/12/2016	Em execução
1.6 Incentivar a mobilização social e empoderamento popular através da realização de reuniões públicas/ comunitárias.	01/01/2016	31/12/2016	Em execução

Metas do projeto:

Meta 1	
Identificação:	Realizar 06 “Reuniões Públicas com Povos e Comunidades Tradicionais”, até 31/12/2016
Indicador:	Número de reuniões realizadas
Resultado:	6
Situação:	

Meta 2	
Identificação:	Realizar 20 Reuniões Públicas com Conselheiros Municipais de Políticas dos municípios contemplados
Indicador:	Número de reuniões realizadas
Resultado:	10
Situação:	

Meta 3	
Identificação:	Realizar 280 atendimentos por ano
Indicador:	Número de atendimentos realizados
Resultado:	291
Situação:	

Meta 4	
Identificação:	Realizar até 20 palestras durante o ano de 2016, para moradores dos municípios contemplados pelo projeto MP Itinerante
Indicador:	Número de palestras realizadas
Resultado:	46
Situação:	25% 50% 75% 100% 125% 150% 175% 200% 225% 250%

Meta 5	
Identificação:	Realizar, no período de 01/01/2016 a 31/12/2016, 20 eventos MP Itinerante.
Indicador:	Número de eventos MP Itinerante
Resultado:	10
Situação:	10% 20% 30% 40% 50% 60% 70% 80% 90% 100%

Informações Complementares:

Ação 1.2: Ação realizada nos 10 municípios que já receberam o MP Itinerante em 2016: Santa Efigênia de Minas, Gonzaga, Divinolândia de Minas, Córrego Danta, Carlos Chagas, Franciscópolis, Jantruca, Mineira, Indaiabira, Berizau. Informações disponíveis em cimos.blog.br.

Ação 1.5: Realizadas 46 palestras.

Ação 1.6: Realizadas 11 reuniões públicas

Identificação do Projeto:

Projeto:	Farol
Monitoramento de Impropriedade de Gêneros Alimentícios no Mercado de Consumo	**Vermelho**
Unidade Responsável:	
Programa Estadual de Proteção e Defesa do Consumidor (Procon-MG)	

Cronograma:

Nome da Tarefa	Início	Término	Situação
1. Realizar análise de demandas consumeristas e do mercado de consumo para definição do(s) gênero(s) alimentício(s) a ser monitorado	07/01/2016	07/03/2016	Deveria ter sido finalizada
2. Definir o produto alimentício a ser monitorado	07/01/2016	31/01/2016	Deveria ter sido finalizada
3. Definir laboratório e quantitativo de amostras	01/02/2016	19/02/2016	Deveria ter sido finalizada
4. Realizar coleta de amostras e encaminhamento para o Procon-MG	01/03/2016	30/11/2016	Deveria ter sido iniciada
5. Encaminhar amostras coletadas para o laboratório e os respectivos laudos para as PJDC	01/03/2016	13/01/2017	Deveria ter sido iniciada
6. Responsabilizar os infratores	01/05/2016	30/06/2017	Deveria ter sido iniciada

Metas do projeto:

Meta 1	
Identificação:	Coletar amostras de alimentos nas 11 regionais do Procon, no período de 01/03/2016 a 30/11/2016
Indicador:	Número de regionais do Procon com coleta de amostras
Resultado:	Não apurado
Situação:	10% 20% 30% 40% 50% 60% 70% 80% 90% 100%

Meta 2	
Identificação:	Coletar o equivalente a, no mínimo, 85 % do total de amostras previamente pactuadas com o laboratório, no período de 01/03/2016 a 30/11/2016
Indicador:	Percentual de amostras coletadas
Resultado:	Não apurado
Situação:	10% 20% 30% 40% 50% 60% 70% 80% 90% 100%

Meta 3	
Identificação:	Obter a adesão de no mínimo 11 promotores integrantes da rede Procon ao projeto até 31/04/2016
Indicador:	Número de promotores aderentes
Resultado:	Não apurado
Situação:	10% 20% 30% 40% 50% 60% 70% 80% 90% 100%

Informações Complementares:

Em 09/05/2016, o coordenador do projeto informou que as informações sobre o projeto serão encaminhadas à COPLI até o final do mês de maio/2016. Na oportunidade esclareceu que o servidor designado para atuar como gerente de projeto foi transferido para outra unidade do MPMG, por esse motivo, designou a servidora Isabella Salvino Ottoni para exercer a função.

Identificação do Projeto:

Projeto:	Farol
O Ministério Público e o Terceiro Setor: Atuação Colaborativa	**Verde**
Unidade Responsável:	
Centro de Apoio Operacional das Promotorias de Justiça de Velamento de Fundações e Entidades de Interesse Social (CAOTS)	

Cronograma:

Nome da Tarefa	Início	Término	Situação
1. Levantar as fundações de direito privado com atuação no estado de Minas Gerais.	15/02/2016	15/04/2016	Concluída
2. Elaborar relatório das fundações existentes em Minas Gerais agrupadas por área de atuação.	16/04/2016	29/072016	Em execução

Metas do projeto:

Meta 1	
Identificação:	Desenvolver relatório discriminado por área de atuação até a data 16/12/2016
Indicador:	Relatório elaborado
Resultado:	Não apurado
Situação:	10% 20% 30% 40% 50% 60% 70% 80% 90% 100%

Meta 2	
Identificação:	Desenvolver relatório contendo levantamento dos projetos sociais até a data 16/12/2017
Indicador:	Levantamento realizado
Resultado:	Não apurado
Situação:	10% 20% 30% 40% 50% 60% 70% 80% 90% 100%

Informações Complementares:

Identificação do Projeto:

Projeto:	Farol
Rede de cooperação entre sistemas de saúde e de justiça - NATPRE	**Verde**
Unidade Responsável:	
Centro de Apoio Operacional das Promotorias de Defesa da Saúde (CAOSAUDE)	

Cronograma:

Nome da Tarefa	Início	Término	Situação
1. Realizar articulação prévia do CAOSAÚDE com os órgãos partícipes	01/12/2015	01/02/2016	Concluída
2. Elaborar minuta de Termo de Cooperação Técnica e encaminhar aos órgãos partícipes, visando contribuição com aprimoramento e aprovação definitiva	16/02/2016	02/03/2016	Não apurado[1]
3. Comunicar os promotores de Justiça sobre a estratégia e convidá-los à solenidade de assinatura do TCT	16/02/2016	23/02/2016	Não apurado[1]
4. Expedir convites aos órgãos signatários e terceiros para a solenidade de lançamento da estratégia	23/02/2016	23/02/2016	Não apurado[1]
5. Realizar lançamento da estratégia estadual e solenidade para assinatura do TCT	03/03/2016	03/03/2016	Não apurado[1]
6. Elaborar cronograma de reuniões de Mediação Sanitária para a implantação do NATPRE e apresentar ao PGJ Administrativo para apoio, bem como alteração da Resolução PGJ nº 79, de 18/09/2012	04/03/2016	11/03/2016	Não apurado[1]
7. Publicar, no Diário Oficial, cronograma de viagens, bem como divulgar a estratégia no portal de notícia do MPMG	14/03/2016	14/03/2016	Não apurado[1]
8. Fomentar a elaboração de um kit com cartilhas, vídeo, roteiro de atuação, com orientação aos promotores de Justiça da execução do projeto e tomada de providência para implantação do NATPRE, bem como distribuição de cartilhas aos usuários do SUS	03/03/2016	20/03/2017	Não apurado[1]
9. Realizar articulação com órgãos partícipes para construção de um Sistema de Informação Estadual de Monitoramento das Demandas do Direito à Saúde - e-NAT's, a partir das resoluções dos Núcleos de Apoio Técnico-Sanitário Pré-processual	03/03/2016	14/03/2017	Não apurado[1]
10. Executar projeto por meio de reuniões programadas de Mediação Sanitária com participação de promotores de Justiça, juntamente com coordenadores das Regionais de Saúde	14/03/2016	31/12/2017	Não apurado[1]

[1]Não foi possível apurar o resultado de cada ação específica a partir do documento encaminhado pela gerente do projeto.

Metas do projeto:

Meta 1	
Identificação:	Realizar a distribuição do kit para 100 comarcas até 31/12/2016
Indicador:	Número de kits distribuídos
Resultado:	Não apurado
Situação:	10% 20% 30% 40% 50% 60% 70% 80% 90% 100%

Meta 2	
Identificação:	Implementar o NATPRE em 15 microrregiões de saúde até 31/12/2017
Indicador:	Número de microrregiões com implementação do NATPRE
Resultado:	Não apurado
Situação:	10% 20% 30% 40% 50% 60% 70% 80% 90% 100%

Informações Complementares:

Ações realizadas:

- Reunião, em Brasília, com o presidente do Conselho Nacional de Secretarias Municipais de Saúde – CONASEMS para apresentação e articulação do projeto NATPRE;
- Reunião com o Secretário de Estado de Saúde para apresentação e articulação do projeto NATPRE;
- Reunião com o Centro Cockrane do Brasil para discussão sobre o apoio da instituição em relação à capacitação dos médicos, farmacêuticos, psicólogos, do município que irão compor o núcleo técnico do NATPRE;
- Reunião com presidente da Confederação Nacional dos Municípios – CNM para apoio ao projeto;
- Reunião com presidente do Conselho de Secretarias Municipais de Saúde de Minas Gerais – COSEMS-MG para articulação da estratégia do projeto junto aos municípios de Minas Gerais;
- Reunião com os órgãos participantes para discussão da elaboração do Sistema de Informação Estadual de Monitoramento das Demandas do Direito à Saúde – e-Nats;

Identificação do Projeto:

Projeto:	Farol
Reordenamento de Conselhos Tutelares e Conselhos Municipais de Direitos da Criança e do Adolescente em Minas Gerais	**Verde**
Unidade Responsável:	
Centro de Apoio Operacional das Promotorias de Justiça de Defesa dos Direitos das Crianças e dos Adolescentes (CAODCA)	

Cronograma:

Nome da Tarefa	Início	Término	Situação
1. Construir e validar Roteiro de Atuação	07/01/2016	31/05/2016	Concluída
2. Produzir Kit Técnico CT-CMDCA	07/01/2016	31/05/2016	Em execução

Metas do projeto:

Meta 1	
Identificação:	Ter, no mínimo, 48 roteiros de atuação implementados no estado de Minas Gerais pelos promotores de Justiça, em conjunto com os órgãos de apoio, no período de 07/01/2016 a 15/12/2017
Indicador:	Número de roteiros de atuação implementados no estado de Minas Gerais pelos promotores de Justiça, em conjunto com os órgãos de apoio
Resultado:	Não apurado
Situação:	10% 20% 30% 40% 50% 60% 70% 80% 90% 100%

Informações Complementares:

Ação 1: Além da construção e validação do roteiro, o CAODCA implementou, como piloto, um roteiro na comarca de Contagem, de modo a colher informações e experiências com vistas a otimizar sua aplicação em outras comarcas, após o evento de lançamento.

Ação 2: O material técnico sobre CMDCA foi construído em esforço conjunto dos Coordenadores e das equipes técnicas do CAODCA e das CREDCAs, tendo sido encaminhado à SCI para diagramação em 27/04. Já o material técnico sobre Conselhos Tutelares está em fase de construção, sob o mesmo processo do material já encaminhado. Assim que seu conteúdo for finalizado e validado, haverá o encaminhamento à SCI para diagramação.

Identificação do Projeto:

Projeto:	Farol
Rua do Respeito	**Amarelo**
Unidade Responsável:	
Coordenadoria de Inclusão e Mobilização Sociais (CIMOS)	

Cronograma:

Nome da Tarefa	Início	Término	Situação
1. Realizar audiências públicas	07/01/2016	30/12/2016	Deveria ter sido iniciada
2. Realizar reuniões para sensibilização e esclarecimento aos potenciais parceiros para a ação “Rua do Respeito”	01/07/2016	30/12/2016	Em execução
3. Viabilizar a adesão de parceiros ao projeto “Rua do Respeito”, por meio da concessão de selo de responsabilidade social.	07/01/2016	30/12/2016	Em execução
4. Realizar a ação “Rua de Direitos”, que visa oferecer o acesso a serviços básicos de cidadania pelas pessoas em situação de rua como: documento de identidade, título de eleitor, situação previdenciária, atendimentos médicos, etc.	07/01/2016	30/12/2016	Em execução
5. Realizar ação “Rua do Saber”, pelo Centro de Estudos e Aperfeiçoamento Funcional (CEAF/MPMG) em parceria com o EJUS/TJMG, que consiste na capacitação de juízes, promotores e servidores acerca do tema das pessoas em situação de rua.	01/01/2016	30/12/2016	Em execução
6. Realizar articulação para implementação de projeto piloto de acesso ao prédio do fórum de Belo Horizonte pelas pessoas em situação de rua.	01/01/2016	30/12/2016	Em execução

Metas do projeto:

Meta 1	
Identificação:	Realizar 2 audiências públicas, até 31/12/2016
Indicador:	Número de audiências públicas realizadas no prazo
Resultado:	0
Situação:	10% 20% 30% 40% 50% 60% 70% 80% 90% 100%

Meta 2	
Identificação:	Realizar 2 ações em “Rua de Direitos”, até 31/12/2016
Indicador:	Número de ações em “Rua de Direitos” realizadas no prazo
Resultado:	1
Situação:	10% 20% 30% 40% 50% 60% 70% 80% 90% 100%

Meta 3	
Identificação:	Realizar 1 ação em “Rua do Saber”, até 31/12/2016.
Indicador:	Número de ações em “Rua do Saber” realizadas no prazo
Resultado:	0
Situação:	10% 20% 30% 40% 50% 60% 70% 80% 90% 100%

Informações Complementares:

Ação 1: No ano de 2015 foram realizadas diversas Audiências Públicas relativas a esse tema e no ano de 2016 está sendo dada prioridade para outras ações do projeto. Mas há previsão de realização de 2 audiências públicas no ano de 2016.

Ação 2: Até o momento, foram realizadas 8 reuniões.

Ação 3: O projeto tem 13 instituições parceiras até o momento. Há 2 parceiros formalizados por meio de termo de cooperação técnica (um único TCT elaborado com TJMG e Servas) e 11 formalizados por meio de termo de adesão. A ideia do selo ainda está sendo aprimorada, mas não está havendo necessidade do mesmo para o incentivo à adesão.

Ação 4: Foi realizado 1 evento "Rua de Direitos" no município de Ipatinga dia 26/04/2016 que contou com a participação de 21 instituições, totalizando 117 profissionais participantes e 561 atendimentos realizados. Estão previstas mais dois eventos "Rua de Direitos" para o final do ano de 2016, um a ser realizado em Montes Claros e outro em Belo Horizonte.

Ação 5: O curso está sendo construído com a coordenação do Desembargador Manoel Morais pela EJEF/TJMG. No entanto, paralelamente foram realizados 4 seminários para estudantes que possivelmente irão atender o público de pessoas em situação de rua no futuro em instituições de ensino superior: Isabela Hendrix, Faculdade Milton Campos, Universo e Newton Paiva.

Ação 6: Foi realizada reunião com o juiz assessor da corregedoria do TJ, que por sua vez fez contato com o Diretor do Fórum. Assim, a devida articulação foi realizada.

Identificação do Projeto:

Projeto:	Farol
Segurança das Barragens de Rejeitos de Mineração	**Verde**
Unidade Responsável:	
Centro de Apoio Operacional das Promotorias de Justiça de Defesa do Meio Ambiente, Patrimônio Cultural, Urbanismo e Habitação (CAOMA)	

Cronograma:

Nome da Tarefa	Início	Término	Situação
1. Realizar diagnóstico da situação das barragens de rejeito de mineração, mediante informações documentais e outros meios de informação, assim como da reparação dos danos ambientais que decorreram dos recentes rompimentos ocorridos no Estado.	06/11/2015	06/11/2016	Em execução
2. Organizar os dados e estabelecer planos de ações, priorizando-se a investigação das barragens de rejeitos de mineração que apresentem indícios de irregularidades ou ensejem riscos à população e/ou ao meio ambiente.	06/11/2015	06/11/2016	Em execução
3. Elaborar ou divulgar material de apoio para o desenvolvimento de ações jurídicas, judiciais e extrajudiciais, visando à regularização ambiental de barragens, à recuperação de danos decorrentes de sua operação e à mitigação dos riscos à população e ao meio ambiente	06/11/2015	06/112016	Concluída
4. Adotar ações contributivas para uma revisão das políticas públicas relativas à barragem de rejeitos no Estado de Minas Gerais, bem como para melhorar o acesso à informação e a participação pública nessa temática	24/02/2016	06/11/2017	Em execução
5. Propor, em cooperação de forma integrada ações civis públicas para a regularização ambiental e mitigação dos ricos à população e ao meio ambiente, se recusada a assinatura de TAC	06/11/2015	06/11/2017	Em execução

Metas do projeto:

Meta 1	
Identificação:	Elaborar e propor ações civis públicas e termos de ajustamento de conduta para reparação dos danos ambientais decorrentes do rompimento de barragens no Estado, no período de 06/11/2015 a 06/11/2016
Indicador:	Número de ACP's e TAC's formalizados, conforme dados do SRU
Resultado:	Não apurado
Situação:	10% 20% 30% 40% 50% 60% 70% 80% 90% 100%

Meta 2	
Identificação:	Elaborar e apresentar projeto de lei sobre matéria relacionada à segurança das barragens de rejeitos da mineração em Minas Gerais até 06/11/2017
Indicador:	Formalização do projeto de lei junto à Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais
Resultado:	Texto do projeto de lei já elaborado
Situação:	10% 20% 30% 40% 50% 60% 70% 80% 90% 100%

Meta 3	
Identificação:	Atuar em cooperação com pelo menos 18 comarcas, na proposição de ações civis públicas e termos de ajustamento de conduta.
Indicador:	Número de comarcas beneficiadas com as ações ou TAC's
Resultado:	Não apurado
Situação:	10% 20% 30% 40% 50% 60% 70% 80% 90% 100%

Informações Complementares:

Ação 1: está em fase de elaboração um diagnóstico da situação das barragens em MG considerando os dados do documento técnico **Inventário de Barragens do Estado de Minas Gerais – Ano 2015**, elaborado e disponibilizado pela Fundação Estadual do Meio Ambiente – Feam, disponível no *link:* http://www.feam.br/images/stories/2016/RESIDUOS_MINERA%C3%87%C3%83O/Invent%C3%A1rio_de_Barragens_2015_Final_V01.pdf

A partir desse documento, estão sendo definidas situações que demandam atenção prioritária do MPMG, considerando-se fatores como: (a) amplitude da barragem; (b) proximidade a comunidades humanas; (c) características naturais e culturais do entorno.

Ação 2: Como próximas etapas, prevê-se o desenvolvimento específico da ação 2. A partir do Inventário produzido pela Feam, serão identificadas áreas prioritárias para atuação preventiva do MP, estando o material técnico de apoio às Promotorias de Justiça correspondentes a tais áreas **já devidamente elaborado** (cf. anexo).

Ação 3: Ante a necessidade de uma abordagem preventiva da problemática das barragens em todo o Estado, já foi elaborado, no âmbito do Caoma e das Coordenadorias Regionais de Defesa do Meio Ambiente por Bacias Hidrográficas, novo **material de apoio** sobre a questão (cf. anexo), contendo (a) roteiro de ações, (b) minuta de portaria de inquérito civil e de (c) ação civil pública, para atuação preventiva em relação às barragens de rejeitos de mineração, sem estabilidade garantida pelos respectivos empreendedores, conforme listagem disponibilizada pela Feam.

Ação 4: Encontra-se já elaborado texto de projeto de lei cujo objetivo é a promoção de ajustes na regulamentação sobre a implantação e a gestão de barragens no Estado de Minas Gerais. Para encaminhá-lo à Assembleia Legislativa – ALMG, o Caoma, com apoio da Associação Mineira do Ministério Público e da PGJMG, lançou a campanha "Mar de Lama Nunca Mais", que já obteve em um mês, até o presente momento, mais de 13.128 assinaturas de apoio à proposição legislativa – mais de 3 mil além do número requerido para encaminhamento à ALMG.

Ação 5: Para além dessas medidas de planejamento, várias medidas concretas foram adotadas na linha executiva do Projeto, levando-se em consideração, especificamente, as graves consequências do rompimento da barragem de Fundão, em Mariana, no âmbito da bacia hidrográfica do rio Doce. Destacam-se as seguintes medidas:

- Expedição de **recomendações** em relação a vários aspectos relacionados ao rompimento da barragem de Fundão. Esses instrumentos de atuação tiveram como objetivos, entre outros: o fornecimento de informações fidedignas sobre o estado dos recursos ambientais e hídricos afetados pela catástrofe ambiental (divulgação sobre resultados do monitoramento da água do rio Doce, condições para consumo humano, realização de inspeção sanitária); adequada destinação de resíduos; elaboração de plano de resgate de fauna;

- Foram celebrados, também, **termos de ajustamento de conduta**, visando à continuidade do serviço de fornecimento de água, à prestação de caução ambiental e, em parceria como o Ministério Público Federal, a adoção de medidas preliminares em relação às consequências do acidente;

- Adicionalmente, foram propostas **ações civis públicas**, visando, p.ex., à adoção de medidas emergenciais para assegurar a continuidade do abastecimento de água em várias comarcas, a reparação de danos ambientais, bem como a adoção de medidas técnicas de cautela em face de um eventual rompimento nas barragens de Germano e Santarém (esvaziamento da UHE Risoleta Neves);

- Além disso, propôs-se **denúncia** em relação a 14 envolvidos no caso, por trazerem dificuldades e omitirem informações relevantes para a investigação das causas e consequências do rompimento da barragem

Identificação do Projeto:

Projeto:	Farol
Universalização do Atendimento da População de 4 e 5 anos em Pré-escolas e Ampliação das Vagas para as Creches	**Vermelho**
Unidade Responsável:	
Coordenadoria Estadual de Defesa da Educação (PROEDUC)	

Cronograma:

Nome da Tarefa	Início	Término	Situação
1.1 Atualizar o Roteiro de Atuação – Garantia do Direito à Educação Infantil diante do atual cenário de vagas para a pré-escola e das creches nos 853 municípios mineiros. Destacar que o ofício assinado em conjunto - MPE-PROEDUC/MPF-MG/MPContas-MG, datado de 27/05/2015, enviado a todos os Prefeitos Municipais e Presidentes das Câmaras Municipais do Estado, realizou a tarefa de alerta a essas autoridades da necessidade de se empreender esforços para a reserva de recursos orçamentários para a concretização dessa garantia constitucional ou para o contato com o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação – FNDE sobre a obtenção de recursos financeiros do Programa Nacional de Reestruturação e Aparelhagem da Rede Escolar Pública de Educação Infantil – Proinfância	15/02/2016	15/04/2016	Deveria ter sido finalizada
1.2 Levantar dados e elaborar gráficos em formato de ranking a ser realizado em conjunto entre a PROEDUC e a COPLI, das médias de vagas oferecidas na Educação Infantil no Estado de Minas Gerais para o cumprimento da Meta 1 do Plano Nacional de Educação - universalização da pré-escola e ampliação de vagas em creches - para melhor diagnóstico do cenário educacional infantil mineiro. Destaque também para os municípios e regiões com baixo índice de vagas	15/02/2016	15/04/2016	Em execução
1.3 Realizar evento para divulgação das atualizações do Roteiro de Atuação e discussão de estratégias também diante de quadro de ajuste fiscal anunciado e de possível desvinculação de recurso obrigatório, haja vista a impossibilidade pela vinculação constitucional, nos termos dos artigos 212 e 213 da CF, e garantia do direito fundamental da Educação. Saliente-se que a PROEDUC organizou e realizou encontros sobre educação também na temática da educação infantil ao longo de 2015, mantendo-se em 2016 a orientação pelo debate social sobre a fiscalização das políticas públicas educacionais	15/02/2016	15/04/2016	Deveria ter sido finalizada
2. Investir no prosseguimento da atuação dos Membros do Ministério Público para a garantia da universalização da pré-escola (2016) e ampliação das vagas em creches	15/04/2016	31/12/2017	Deveria ter sido iniciada

Metas do projeto:

Meta 1	
Identificação:	Atualizar Roteiro de Atuação, levantar dados referentes à universalização da pré-escola e ampliação de vagas em creche no Estado de Minas Gerais e divulgar o resultado do trabalho em evento institucional
Indicador:	Evento realizado com a distribuição do Roteiro de Atuação atualizado e relatório dos dados levantados referentes à universalização da pré-escola e ampliação das vagas em creches
Resultado:	Não apurado
Situação:	10% 20% 30% 40% 50% 60% 70% 80% 90% 100%

Meta 2	
Identificação:	Investir no prosseguimento de atuação do membro do MP para a universalização da pré-escola e ampliação de vagas em creches, com comunicado do andamento das medidas à PROEDUC/CREDCAS. Em todas as comarcas, com destaque de atuação para os municípios com baixo índice de vagas para educação infantil, especialmente os 29 (vinte e nove) municípios com ausência de creches (zero creche)
Indicador:	Número de certidões oriundas das promotorias de Justiça que instauraram os expedientes e comunicados de medidas
Resultado:	Não apurado
Situação:	10% 20% 30% 40% 50% 60% 70% 80% 90% 100%

Informações Complementares:

Ação 2: A Coordenadoria de Planejamento Institucional (COPLI) registrou demanda junto ao Ministério da Educação (MEC) para a obtenção dos dados necessários à execução da ação 2. Não obstante a apresentação de reiterações, até a data de fechamento do presente relatório a unidade responsável no MEC não havia se pronunciado a respeito.

MPMG
Ministério Público
do Estado de Minas Gerais